

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal da Sode

Class.: 428

Data: 8 de Outubro de 1987

Pg.: _____

190 CIMI

Querem acabar com a CPI (os membros protestam)

Apurar, não através de uma CPI, mas por "projeto de resolução, todos os fatos relativos à exploração do subsolo amazônico, aos direitos dos indígenas e à possibilidade de existir, de fato, uma conspiração internacional envolvendo restrições à nossa soberania". E, ainda, a abertura de inquérito policial "em face dos fortes indícios de falsidade ideológica". São estas as duas propostas do relatório apresentado ontem pelo senador Ronan Tito à CPI que investiga denúncias de **O Estado de S. Paulo** — feitas numa série de reportagens publicadas em agosto, e que levantaram fatos e documentos relacionados com uma conspiração contra os interesses nacionais liderada pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), órgão ligado à CNBB.

Diante dos protestos de vários membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, o relatório e o encerramento dos trabalhos da mesma CPI — também proposta pelo senador Ronan Tito — serão discutidos na próxima reunião convocada para dia 15, a partir das 9h30.

As principais críticas aos trabalhos da CPI: a comissão não fez "uma apuração completa do assunto", segundo o deputado José Lourenço, líder do PFL na Câmara; não ouviu depoimentos dos responsáveis pelas entidades — nem do presidente do Cimi, dom Erwin Krsutlar, nem de dom Luciano Mendes de Almeida, o presidente da CNBB — como citou o deputado Gérson Peres (PDS-PA); optou por apontar "fortes indícios de falsidade" apesar de o parecer técnico-pericial (do perito criminalista Antônio Carlos Villanova) chegar sequer a se definir pela falsidade ou autenticidade dos documentos que serviram às denúncias, detalhe lembrado pelo senador Odacir Soares (PFL-RO).

A "abertura de uma nova etapa dos trabalhos", como propõe o relatório, e que significaria o fim da CPI e investigações mais amplas através de um "projeto de resolução", foi considerada pelo vice-presidente da CPI, deputado Ricardo Fiuza (PFL-PE), uma "manobra" para impedir a discussão e a deliberação do assunto pela Constituinte.

"Abortar" trabalhos

O senador Olavo Pires (PMDB-RO) considerou uma agressão à própria Nação a tentativa de "abortar" os trabalhos da CPI. "Precisamos ir até o fim para que a Nação e os constituintes se conscientizem mais uma vez desta intromissão e ingerência de grupos internacionais no Brasil e na Amazônia, e se preparem para continuar imunes a estas intromissões, principalmente na elaboração da nova constituição", disse o senador.

Olavo Pires, que também integra a comissão presidida pelo deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), confessou-se bastante decepcionado com o rumo dos trabalhos. "Primeiro porque, praticamente, não existem na CPI representantes da região onde se faz sentir a ação mais nociva do Cimi (Amazonas, Acre e Roraima)", disse o senador.

Segundo o parlamentar, o importante das denúncias de **O Estado** é caracterizar o Cimi como porta-voz de interesses internacionais que pretende alijar o Brasil do mercado internacional de minérios.

E, diz ele, não tem cabimento a paralisação de uma CPI que tem prazo de 120 dias para a conclusão dos trabalhos. "Por que a pressa? Se os exames foram feitos apenas em poucos documentos, quando a denúncia se estriba em copiosa documentação?" indaga o senador.